

TRADIÇÃO DOCUMENTAL EM ARQUIVOS PESSOAIS DE ESCRITORES: algumas reflexões a partir da Arquivística, da Diplomática e da Crítica Textual

Mabel Meira Mota¹

Mabel.mota@ufba.br

Francisco José Aragão Pedroza Cunha²

franciscopetroza@ufba.br

Arivaldo Sacramento de Souza³

arisacramento@gmail.com

Resumo

Apresentam-se os resultados parciais da pesquisa de mestrado desenvolvida na Linha 1 – Políticas e Tecnologias da Informação, do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, da Universidade Federal da Bahia, acerca das relações disciplinares entre a Arquivística, a Diplomática e a Crítica Textual. O presente trabalho aborda questões que envolvem a tradição documental em acervos de escritores. Nesse trabalho, privilegia-se, portanto, uma abordagem teórica e histórica da delimitação e disseminação do conceito de tradição documental, buscando identificar na Arquivística, na Diplomática e na Crítica Textual, convergências e divergências, para que, a partir daí, seja possível pensar em interfaces de diálogo para a abordagem dos documentos que conservam vestígios da criação literária. Por fim, destacamos que os três momentos da tradição documental identificáveis para os documentos jurídicos e administrativos – o anterior ao original, o original e o pós-original – não encontram seu paralelo nos acervos pessoais de escritores modernos, sendo, geralmente, indiscerníveis, conforme diferentes versões textuais são constituídas no percurso que vai da criação à publicação da produção literária.

Palavras-Chave: Arquivística. Diplomática. Crítica Textual. Tradição documental. Arquivos pessoais de escritores.

1 INTRODUÇÃO

“A lei da literatura tende, em princípio, a desafiar ou a suspender a lei. Desse modo, ela permite pensar a essência da lei na experiência do “tudo por dizer”. É uma instituição que tende a extrapolar [*déborder*] a instituição” (DERRIDA, 2014, p.49). A citação de Derrida (2014) serve de alerta aos arquivistas que se propõem a trabalhar

¹ Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA, Brasil.

² Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA, Brasil.

³ Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA, Brasil.

com acervos de escritores, pois chama a atenção para a ambivalência que cerca a literatura, que, ao impor sua lei, como a imposição dos gêneros literários, também aponta para sua própria desconstrução, já que os escritores tendem a rasurá-los, em processos de montagem ou hibridização.

A literatura, assim como as obras de arte em geral, desafia à metodologia arquivística por não atender à rigidez das fórmulas e padrões burocráticos comuns no cenário de rotinas administrativas, pois atua no limiar da linguagem. Adiciona-se a isso, o fato de resultar tanto da experiência e labor de um escritor, do modo peculiar como lê, escreve e reescreve seus textos; assim como dos significados sociais constituídos pela rede de leitores aos quais são expostos no processo que vai dos bastidores da criação à publicação.

Escritor, literatura e arquivo situam-se, portanto, numa espécie de entrelugar, entre privado e o público. Longe dos holofotes, literatura e arquivo são construídos à medida em que diferentes máscaras ou *personas* são moduladas em torno de uma pessoa (NASCIMENTO, 2011). No âmbito público, o escritor torna-se autor, o manuscrito torna-se obra e o arquivo, o legado. Na compreensão de tais deslocamentos e de sua consequência mais imediata – a constituição de múltiplas camadas de sentido no arquivo – opera o arquivista, no sentido de estabelecer a identidade do documento a partir do vínculo direto que estabelece com seu produtor, orientado pelo princípio arquivístico da Proveniência.

A contextualização documental se dá, portanto, no âmbito da Tipologia Documental, desdobramento contemporâneo da Diplomática, decorrente de sua ampliação em direção à gênese documental (BELLOTTO, 2002, p.19). Tendo como parâmetro a Tipologia Documental, a contextualização dos documentos em arquivos de escritores requer lidar de maneira adequada com a complexidade das configurações materiais e culturais em que foram criados e transmitidos textos literários – a obra literária em si – e dos textos não literários. É nessa esteira que propomos aqui uma abordagem teórica e histórica da delimitação e disseminação do conceito de tradição documental na Arquivística, na Diplomática e na Crítica Textual, pois acreditamos que a atuação literária do produtor faz convergir documentos não literários, assim como

documentos que conservam os vestígios da obra literária (manuscritos e cópias), os quais chamaremos de documentos literários.

Como veremos, considerando o destaque dado por nós à criação literária, propomos interfaces de diálogo com a Crítica Textual – aparentemente apartada da prática arquivística, circunscrita à Diplomática, por conta do viés jurídico e administrativo – para compreender o processo de produção (gênese) e transmissão (tradição) dos documentos literários. Nosso objetivo é destacar que a Crítica Textual pode propiciar uma adequada contextualização da criação literária no arquivo do escritor, uma vez que, no cerne da abordagem teórica e histórica da delimitação e disseminação do conceito de tradição documental, no âmbito do que chamaremos de disciplinas filológicas, está a diferenciação entre texto literário e não literário, que reverberou, como veremos, na delimitação dos objetos da Crítica Textual e da Diplomática.

Ressalta-se, por fim, que o presente artigo apresenta os resultados parciais da dissertação de mestrado *A literatura a(na)rquivada: contribuições da Tipologia Documental e da Crítica Filológica à representação da informação no arquivo pessoal de Ildásio Tavares*, produzida no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, da Universidade Federal da Bahia, que se propõe a demonstrar como a Tipologia Documental, em diálogo com as críticas filológicas, em suas vertentes pragmáticas, contribui para a representação da informação em arquivos pessoais de escritores, a partir da experiência empírica com o acervo pessoal do escritor baiano Ildásio Tavares.

2 O CORPO DE CONHECIMENTO ARQUIVÍSTICO E AS INTERAÇÕES COM AS DISCIPLINAS FILOLÓGICAS

A teoria arquivística tem orientado a conformação do corpo de conhecimento sobre a natureza dos arquivos, definindo uma estrutura intelectual para seus métodos e práticas (EASTWOOD, 2013). De acordo com Duranti e Michetti (2019 [2015]), o corpo de conhecimento arquivístico tem sua gênese no conhecimento humanista, pautado no diálogo com disciplinas jurídica, históricas e filológicas.

Interessa-nos aqui, sobretudo, a última, em virtude da ênfase que se dá, nos estudos arquivísticos, à contribuição da Diplomática – que é incluída por alguns autores no rol das diversas atividades denominadas filológicas, dentre as quais também estariam a Paleografia, a Codicologia, a Crítica Textual, dentre outras¹ – para a conformação de um método arquivístico. Tal método refere-se ao modo peculiar como os arquivistas buscam entender objetos, atividades e questões arquivísticas, a partir de conhecimentos do próprio núcleo arquivístico e das interações desse com o conhecimento advindo de outras disciplinas.

Na perspectiva dos autores, em sua gênese, na Antiguidade, o núcleo autônomo do conhecimento arquivístico era muito pequeno e foi sendo acrescentado nos séculos seguintes, principalmente em decorrência de mudanças na concepção de Estado. Tais mudanças, portanto, foram decisivas para a captura ou empréstimos de elementos de diferentes campos, que foram agregados ao núcleo de conhecimento arquivístico, que passou a controlá-los, principalmente no percurso que vai do século XVIII ao século XIX, em que se formularam os principais conceitos e princípios.

[...] Foi entre o final do século XVIII e início do XIX que o conhecimento arquivístico começou a adquirir as características de uma disciplina, pois os arquivos passaram a ser utilizados por outros que não seus criadores como recursos históricos. A Revolução Francesa estabeleceu o princípio de que os arquivos pertenciam ao povo e o Estado tinha a responsabilidade de mantê-los em seu nome e para seu benefício. A fim de cumprir tal responsabilidade, o Estado tinha que garantir que as pessoas pudessem ter acesso aos arquivos, e isso exigia que fossem organizados adequadamente. É por isso que foi o Estado que primeiro articulou os princípios do *respect des fonds* e do respeito pela ordem original, produzindo assim o crescimento mais significativo do conhecimento em séculos (DURANTI, MICHETTI, 2019 [2015], p.73).

Observamos, aqui, que o núcleo do conhecimento arquivístico esteve circunscrito, desde o princípio, aos registros de matriz pública. Cabe-nos assinalar que foi a partir dos fenômenos documentais da esfera pública que se instituiu o método histórico que serviu de “instrumento fundamental para o desenvolvimento de *novas teorias e métodos*, tornando-se o pilar sobre o qual se baseia todo o conhecimento arquivístico” (DURANTI, MICHETTI, 2019 [2015], p.74, grifos dos autores). Esse método tem orientado os arquivistas a recorrer ao criador de registros como principal fonte de informação sobre os mesmos.

Os autores assinalam que a pesquisa guiada pelo método arquivístico é de natureza inferencial, pois considera que “a prova, a verdade e a evidência são extratextuais”, isto é, podem ser examinadas não apenas no próprio texto – recorrendo à todas as propriedades materiais –, mas também examinada nos elementos não-textuais, como símbolos e até mesmo a disposição física do documento no arquivo, tal qual propõe Angelika Mennez-Haritz (2005). Para Duranti e Micheti (2019[2015]), é nesse viés que se estabelece a relação da Arquivologia com as disciplinas filológicas, especialmente a Diplomática, pois acreditam que ela instrumentaliza o arquivista para a reconstituição das “relações entre os elementos internos e externos dos documentos, sua estrutura e seu contexto” (DURANTI, MICHETTI, 2019 [2015], p.79).

Mas o que seria a Filologia? De acordo com Erich Auerbach (1987, p.11), a Filologia pode ser definida como:

[...] o conjunto das atividades que se ocupam metodicamente da linguagem do Homem e das obras de arte escritas nessa linguagem. Como se trata de uma ciência muito antiga, e como é possível ocupar-se da linguagem de muitas e diferentes maneiras, o termo Filologia tem um significado muito amplo e abrange atividades assaz diversas.

Dentre as atividades a que se refere o autor, estariam: i) a Edição Crítica dos Textos, voltada para a preservação do patrimônio cultural escrito por meio da reconstituição de um texto representativo do ânimo autoral; ii) a Linguística, voltada para os estudos de uma língua ou grupo de línguas; iii) os estudos literários, centrados na Bibliografia, Biografia, Crítica Estética e História da Literatura; e iv) o Comentário e Explicação de textos, “que podia servir aos mais diversos propósitos, segundo os textos selecionados e às diferentes observações que neles se pudessem fazer” (CARVALHO, 2003, p. 1).

Numa concepção ampla ou clássica de Filologia, essa englobaria, portanto, diferentes práticas que trabalham a tríade texto, língua e cultura, conformando diferentes “disciplinas com objetos e métodos autônomos” (CARVALHO, 2003), nas quais poderiam estar vinculados toda espécie de eruditos, como:

[...] linguistas [...], [diplomatas], etnógrafos, historiadores, folcloristas, arqueólogos e não tinham problema de identidade disciplinar, pois se sabiam participantes de uma vasta empresa de aquisição de conhecimentos

diversificados, mas harmonizáveis em torno de um interesse comum pela palavra documental ou artística e pelo seu comportamento na história. Conhecerem-se todos eles por filólogos eram tradicional e apropriado'. [...] (CASTRO, 1995).

Na mesma linha, Riesco Terrero (1999) destaca que o papel que contemporaneamente se atribui a arquivistas e bibliotecários, na Antiguidade e até o século XIX, era confiado a funcionários públicos cuja formação específica da carreira exigia "[...] bastante erudição e amplo conhecimento humanístico de gramática, literatura, línguas, bibliografia, jurisprudência, artes, ciências naturais, filosofia, direito" (RIESCO TERRERO, 1999, p.78, tradução nossa)².

Ainda conforme o autor, entre os séculos XVIII e o século XIX, quem estava à frente das instituições de preservação da memória, eram profissionais que se caracterizavam por:

[...] sua sólida e ampla formação cultural e humanística. E não poderia ser diferente, visto que os principais valores das obras e peças de todos os tempos e culturas e saberes, preservados nesses centros, mesmo quando eles perderam seu caráter sagrado, de sabedoria e legado histórico-patrimonial, continuam a ser fundamentalmente de tipo científico-cultural, literário, linguístico, histórico, artístico, informativo, testemunhal, bibliográfico, ideológico e jurídico-administrativo. Em razão de suas características e valores primários, os profissionais encarregados de sua custódia e, talvez, também de sua aquisição, e também de seu estudo, classificação e arranjo e, claro, de sua avaliação, descrição e informação, requerem uma sólida formação humanística em termos de conhecimento das línguas nacionais clássicas e modernas, literatura, história e instituições jurídico-administrativo e históricas, arte, epigrafia, paleografia, diplomática, arqueologia e numismática e, claro, também arquivística, biblioteconomia e museologia, cronologia e sigilografia e, em geral, tudo o que antes era chamado de "Belas Letras" (RIESCO TERRERO, 1999, p.80, tradução nossa)³.

Podemos dizer que, nesse contexto, o tratamento dos documentos refletia certa erudição. Talvez tenha sido a característica da erudição, principalmente advinda de práticas de descrição, interpretação, comentário e edição de documentos, considerando o amplo contexto de sua produção e transmissão – e as questões históricas, sociais, culturais, econômicas e linguísticas implicadas – que tenha feito convergir, para além de suas especificidades, as diferentes atividades comumente reunidas sob o nome Filologia⁴, principalmente a Paleografia, a Diplomática e a Codicologia (CARVALHO, 2003).

Conforme propõe Bartoli Langeli (1991, p.6), é possível reconhecer a qualidade filológica da Diplomática:

Diplomática é uma disciplina praticada principalmente em textos. Toda a dimensão problemática do material necessita de confronto constante com os textos. Em particular, então, uma das tarefas do diplomata é fornecer ao público - para “publicar” - os textos documentais, em uma montagem criticamente estabelecida e utilizável por todos sem incertezas. Diplomática é (também) uma disciplina filológica, fundada na crítica textual. Apenas que esta natureza filológica permaneceu na sombra devido ao significado historiográfico e instrumental prevalecente da disciplina como ela se desenvolveu concretamente. É o mesmo que dizer que os diplomatas, e em geral os usuários da documentação como fonte histórica, nem sempre têm preparação e vocação filológica. Assim, as questões de método mais debatidas estão relacionadas, para Tappunto, às técnicas da edição, e visam à prescrição vinculante de critérios operacionais. Satisfeitos por esses trabalhos (ao menos intencionalmente) a necessidade de uma prática correta e generalizada, os diplomatas não colocam outros problemas, como mencionei acima. Olhando mais de perto, tudo isso acaba fortalecendo a qualificação "auxiliar" da disciplina. Agora, para superar a subordinação, o foco tem sido a reavaliação da Diplomática como disciplina histórica, tendo por objeto a história dos processos documentais; mas não menos ideal para o propósito é sua refundação como disciplina filológica, como crítica dos textos documentais⁵.

Se partíssemos do pressuposto de que atividade do diplomata e do paleógrafo são de fato filológicas, os interesses e metodologias empregados por elas tenderiam a sugerir não apenas a existência de uma Filologia, mas "filologias dos vários textos contidos em livros manuscritos ou em suportes soltos" (GHIGNOLI, 2003, p.1), o que poderia abarcar uma grande variedade de documentos e, conseqüentemente, interesses e métodos diferentes para abordá-los.

Conforme propõe Souza (2018, p.75), podemos, então,

[...] recusar a solução de que Filologia, Paleografia, Epigrafia, Diplomática, Codicologia etc. estariam em relação interdisciplinar, ao menos no sentido que a teoria do conhecimento tem proposto (JAPIASSU, 1976). Acreditamos que cada uma dessas vertentes críticas nasceu de um mesmo território de “desejos” (GUMBRECHT, 2007), qual seja: a necessidade de objetividade, de referencialidade, do documento como elemento estruturante da verdade histórica. Todas elas, ao prestar atenção numa das dimensões materiais do texto/suporte, produziram significados objetivos que davam conta das certezas que eram necessárias compartilhar disciplinarmente, tais como objeto, investimento metodológico, enfim. Diante de tal semelhança e espelhamento de perspectiva, parece-nos não tão produtivo falar em interdisciplinaridade, mas de abordagens críticas de leitura que elegeram como objeto, a partir do texto-fonte, ora os suportes, ora a escrita, ora o texto em sua dimensão histórica.

Nos aproximando dessa perspectiva, propomos aqui compreender como, no “mesmo território de desejos”, a Crítica Textual e a Diplomática convergem e divergem, do ponto de vista do objeto, dos interesses e dos métodos, de modo a justificar as contribuições, principalmente da primeira⁶, para a compreensão do contexto de produção e dos usos dos documentos em acervos pessoais de escritores e, conseqüentemente, para a representação da informação nesses acervos.

3 TRADIÇÃO: TREJETÓRIA E FACES DE UM CONCEITO

Segundo Spina (1977), no século XVIII os manuais de paleografia e diplomática faziam distinção entre memória, monumento e documento. Esses últimos, denominados códices ou manuscritos, classificavam-se em *documentos particulares* – quando exarado com o fim de conservar o direito de alguém, sem intervenção de qualquer pessoa pública, dos quais são exemplares os testamentos e doações –, e *documentos públicos*, exarados oficialmente por pessoa pública. Esses últimos poderiam ser *diplomas* – quando emanado diretamente do soberano ou de um alto magistrado, como licenças, patentes, éditos e alvarás régios – ou *cartas*.

Havia, portanto, documentos vinculados à preservação de direitos, rotulados de documentos jurídicos, mas também outros documentos desvinculados da preservação de direitos – como cartas e missivas – e aqueles chamados de escritos (como minutas, relatórios, memórias, documentos contábeis, etc.) (SPINA, 1977). A legitimidade ou grau de probabilidade como genuínos deveria ser definida pela Diplomática ou Diplomatística. De acordo com Spina (1977, p.21):

[...] a Diplomática consiste no estudo de todos os caracteres externos do documento – a matéria escriptória, os instrumentos gráficos, as tintas, os selos, as bulas, os timbres, inclusive a letra, a linguagem, as fórmulas – isto é, numa crítica formal dos documentos, visando com isso a determinar o grau de autenticidade dos mesmos. Os procedimentos diplomáticos, com a finalidade de verificar a falsidade dos documentos, são, porém, muito antigos, mas a Diplomática só se constitui como ciência nos finais do séc. XVII e princípios do séc. XVIII, quando da acalorada polêmica entre as congregações religiosas (beneditinos e jesuítas) sobre a legitimidade dos diplomas papais em que se concediam privilégios especiais àquelas congregações. Ao tempo dos humanistas a preocupação dominante era o encontro de obras dos antigos escritores gregos e latinos para estudá-las segundo os procedimentos tradicionais da Filologia: comentá-las e

interpretá-las. Não dispunham de qualquer preparo paleográfico que lhes permitisse a restituição original dos textos. O Renascimento, e em especial o movimento reformista, foi o verdadeiro responsável pelo florescimento do espírito crítico que logo derivou em paixão pela autenticidade dos textos, paixão esta que desencadeou nos séculos subsequentes verdadeira “guerra diplomática”, suscitando assim os primeiros manuais e tratados das ciências documentais – a Diplomática e a Paleografia.

Podemos observar a existência, no contexto do século XVI, de diferentes abordagens críticas para diferentes tipos de documento: a abordagem dos diplomas religiosos pelo que viria a se tornar a Diplomática – que posteriormente vai voltar-se para os documentos jurídicos e administrativos em geral, público e privado –, e a abordagem das obras dos escritores gregos e latinos, os documentos literários, cuja crítica coube à Écdótica⁷ ou Crítica Textual. Para Spina (1977, p.21), as duas abordagens diferenciam-se da seguinte forma:

A Diplomática [...] difere da Ecdótica porque esta se aplica quase exclusivamente ao texto literário; mas, se este mesmo texto, documento que é, envolve problemas de legitimidade material (falso ou verdadeiro), teremos, entretanto, de recorrer aos procedimentos de análise diplomática para determinar o grau de suspeição. Por essa razão devemos distinguir entre genuinidade e autenticidade de um texto. Um texto pode ser legítimo, autêntico, mas não genuíno. Suponhamos a 1º edição de uma obra: ela é autêntica, legítima (isto é, não é falsa) porque saiu em vida do autor e foi supervisionada por ele. Acontece que nem sempre a 1º edição corresponde ao desejo do autor, que nela encontra falhas e coisas que já não condizem com o seu espírito. Assim: uma edição *ne varietur* é uma edição definitiva, saída conforme os desejos do autor; talvez seja ela a 4º edição. Esta 4º edição é genuína, mas as três primeiras não o são, embora sejam autênticas, legítimas. O estabelecimento da genuinidade de um texto é tarefa da Filologia; mas a determinação da sua autenticidade (verdadeiro ou falso) compete propriamente à Diplomática [...].

No âmbito dos textos literários, a Diplomática contribui para a verificação da autenticidade do documento, enquanto a Crítica Textual ou Filologia Textual, estabelece sua genuinidade, isso é, o grau de proximidade entre documento e intenção criadora. É importante destacar que a Diplomática e a Crítica Textual, no contexto de produção e circulação do documento medieval ou moderno, propõem, apesar das especificidades quanto aos seus objetos, objetivos e métodos, uma abordagem genealógica dos documentos, contextualizando-os e classificando-os em meio a tradição documental, noção que, no campo da Filologia Textual, remete para a transmissão dos documentos que divulgam ou são representativos de um mesmo texto.

O filólogo português Luiz Fagundes Duarte (1997) define tradição da seguinte forma:

Totalidade dos testemunhos, manuscritos ou impressos, conservados ou desaparecidos em que um texto se materializou ao longo da sua transmissão. Pode indicar dois conceitos diferentes: 1) conjunto de lições que caracterizam um manuscrito ou família de manuscritos; 2) conjunto de testemunhos de uma obra, sejam eles manuscritos ou impressos. Se apenas se conhece um testemunho, diz-se que é uma tradição de testemunho único; se se conhecem dois ou mais, diz-se que é uma tradição de testemunho duplo ou múltiplo [...] (DUARTE, 1997, verbete).

Considerando que a noção de lição é o que determina o reconhecimento da gênese do texto, isto é, a vinculação entre os testemunhos de uma mesma produção literária, seja ele total ou parcial, cabe-nos aqui também defini-la:

[Trata-se do] conteúdo de um lugar do texto em qualquer dos seus testemunhos; pode ser substantiva (palavras ou frases) ou adjectiva [...] (sinais de pontuação e capitalização, por exemplo). Os conceitos de lição e de variante são relativos e válidos apenas quando se compara um manuscrito com outros. Uma variante existe na medida em que difere da lição de outro manuscrito (DUARTE, 1997, verbete).

Nesse sentido, ressaltamos que se faz imprescindível para a compreensão do processo de criação e transmissão de um documento, na perspectiva da Crítica Textual, a comparação entre os diferentes testemunhos que o divulgam, seja ele um documento jurídico ou literário. Acerca da tradição sob a ótica Diplomática⁸, Patresi (1964, p.8-9, tradução nossa) salienta:

Naturalmente, a avaliação do único testemunho é diferente numa e noutra eventualidade, bem como entre as cópias assume valor diferente – embora do ponto de vista da crítica textual a discrepância não seja tão evidente como do ponto de vista jurídico – uma cópia autêntica comparada a uma cópia simples e esta comparada a uma cópia imitativa que tenta reproduzir o original mesmo em suas características externas. Mas pode ocorrer a circunstância de um original duplo ou triplo (documento de registro com vários destinatários; papéis privados relativos a contratos bilaterais para os quais a documentação foi emitida para cada parte contratante) ou de várias cópias paralelas podem ocorrer.⁹

Lembremos que a elaboração progressiva de documentos não é uma exclusividade da literatura, a questão que ela coloca para a abordagem genealógica é a da complexidade e do volume maior de documentos da tradição, principalmente na contemporaneidade. Se compararmos os discursos de Patresi (1964) e de Duarte (1997), podemos perceber que, de modo geral, o conceito filológico de tradição pode

contemplar tanto as especificidades dos documentos jurídicos e administrativos públicos e privados, quanto os literários. Corrobora essa afirmativa o comentário de Duranti (1989, p.23) acerca da transmissão dos documentos diplomáticos:

A finalidade da análise diplomática das cópias é estabelecer não apenas o tempo e o contexto em que se fez uma cópia, até a relação entre as cópias do mesmo original. A cópia mais recente nem sempre foi transcrita de uma cópia que a precede cronologicamente. Algumas cópias últimas podem ser apógrafas (transcritas diretamente) do original, então apresentam mais valor para os estudos diplomáticos e históricos que as anteriores que forem feitas a partir de cópias do original¹⁰ (DURANTI, 1989, p. 23, tradução nossa).

É preciso ressaltar que a abordagem adotada pela Tipologia Documental acerca da tradição documental – para além da dubiedade gerada pela escolha do termo *forma* para referir-se à transmissão documental – decorre de uma convergência entre a perspectiva da Diplomática e da Crítica Textual. Esclarecemos que o termo *forma*, utilizado para orientar a análise e a crítica do documento na Diplomática, não nos pareceria ambíguo ao ser mobilizado pela Tipologia Documental, caso estivesse se referindo não apenas à estrutura do texto – ao formulário –, mas referindo-se, sobretudo,

[...] as formas materiais [que] participam da rede de fatores a que leitores estão expostos para o processo de produção de sentido do texto. Mais que isso: a *mise-en-page*, os aspectos scriptográficos possuem significados que podem ser usados, indiciariamente, para compreendermos aspectos de produção, circulação e recepção dos textos. Assim, por exemplo, o tipo caligráfico ou o suporte podem proporcionar o entendimento dos usos sociais de um texto, informações sem as quais procedimentos críticos de leitura poderiam falhar, miseravelmente, em suas conjecturas históricas (SOUSA, 2018, p.76).

No âmbito da Tipologia Documental, para Bellotto (2002), a tradição documental refere-se ao estágio de preparação e transmissão de um documento:

[...] é a parte da Diplomática que se ocupa dos vários modos de transmissão do documento no decorrer do tempo. Ela estabelece a ingenuidade documental, isto é, o grau de relação entre o documento e sua matriz. Conforme o grau de ingenuidade em que esteja, o documento apresenta-se em diferentes formas. Forma, portanto, é a configuração do documento segundo o estágio de transmissão ou gradação de ingenuidade documental. Nesta escala, o básico é o original, sendo as outras formas as de antes e depois dele. Há, assim, três momentos na tradição documental: o anterior ao original, o original e o posterior ao original (BELLOTTO, 2002, p.104).

A complexidade da transmissão documental em acervos de escritores nos leva a admitir que a gênese documental, que define a existência do vínculo entre documento e criador, decorre do modo peculiar como cada escritor escreve e publica seus textos. A tradição documental, nesse caso, fornece os principais elementos para a compreensão das ações e das intenções responsáveis pela existência de diferentes testemunhos (cópias) e versões de um mesmo texto, produtos de diferentes configurações materiais e culturais, “razão pela qual a crítica do texto deve ser acompanhada pela história da tradição”¹¹ (PÉREZ PRIEGO, 1997, p.36).

No que tange à definição de tradição e aos estágios de gradação da genuinidade dos documentos jurídicos e administrativos, parece haver consenso de que existam essencialmente três estados ou modos de transmissão (PATRESI, 1999): minuta, original e cópia. No Brasil, conforme Bellotto (2002), em perspectiva próxima, a tradição documental pressupõe três¹² momentos: o anterior ao original (pré-original), o original e o posterior ao original (pós-original).

O primeiro, pré-original, refere-se ao texto anterior ao original genuinamente definitivo. São os rascunhos e as minutas. O original, conforme a autora, refere-se ao documento que conserva todos os caracteres externos e internos com os quais foi emitido. “É o documento feito por direta vontade dos autores e conservado em matéria e formas genuínas sob as quais foi originalmente emitido” (PAOLI; REAL DIAZ, 1980 apud BELLOTTO, 2002, p.106). Para a autora, diplomaticamente, considera-se uma dupla possibilidade de conceituação do original: seu caráter de primeiro, de matriz; e o seu caráter de acabado, perfeito.

No âmbito dos acervos pessoais de escritores, quando as formas documentais ainda são gestadas nos bastidores da criação e quando seus contornos de “obra” pronta e acabada não estão definidos, a tarefa de determinar o “grau de ingenuidade documental” – que é o referente para a delimitação da função operatória do documento no processo de criação, a gênese documental –, torna-se complexa e impacta diretamente na identificação e nomeação do tipo documental, pois os três momentos da tradição documental identificáveis para os documentos administrativos destacados por Bellotto (2002), não encontram seu paralelo, sendo, geralmente, indiscerníveis, conforme as seguintes situações ¹³se apresentem:

- i) há diferentes documentos, com anotações autógrafas, de textos não publicados (inéditos);
- ii) há diferentes documentos, com anotações autógrafas, de um texto já publicado;
- iii) há diferentes documentos, com anotações autógrafas, apenas em algumas partes e não do todo representativo de texto publicado;
- iv) há diferentes documentos, com anotações autógrafas, de poema que foi publicado em obra do autor, em antologia (individual ou coletiva) e/ou em jornais/revistas;
- v) O texto publicado é retomado e passa a ser o estágio anterior de algo que poderia se destinar a uma nova publicação

Além das situações relatadas, cabe aqui um adendo. Para Duarte, referindo-se principalmente aos textos literários modernos e contemporâneos, a tradição documental pode ser direta ou indireta, “no primeiro caso compreende os manuscritos e as edições impressas em que a obra se conserva; o segundo compreende as citações, as traduções e todas as outras atestações de segunda mão” (DUARTE, 1997, verbete).

Desse modo, no caso dos textos literários, de tradição múltipla e complexa, ao reunirmos os documentos sob um mesmo “teto” – a produção literária – estabelecemos o vínculo orgânico entre ela e o escritor – e também entre ela e outros documentos que a circundam, explicam e divulgam, como cartas, registros de imprensa, convites, certificados, dentre outros. Tais documentos compõe a tradição indireta do texto literário, que reúne materiais que possuem com ele relações de complementaridade e de contextualização sócio-histórica (GENETTE, 2009). Uma carta ou um recorte de jornal podem ser definidos, então, como aquilo que Gerard Genette denomina de paratexto (GENETTE, 2009):

[...] o texto [literário] raramente se apresenta em estado nu, sem o reforço e o acompanhamento de certo número de produções, verbais ou não, como um nome de autor, um título, um prefácio, ilustrações, que nunca sabemos se devemos ou não considerar parte dele, mas que, em todo caso, o cercam e o prolongam, exatamente para *apresentá-lo*, no sentido habitual do verbo, mas também em seu sentido mais amplo: para *torná-lo presente*, para garantir sua presença no mundo, sua “recepção” e seu consumo, sob a forma, pelo

menos hoje, de um livro. Esse acompanhamento, de extensão e de aparência variáveis, constitui o que em outro lugar batizei de paratexto da obra [...] é aquilo por meio do qual um texto se torna livro e se propõe como tal aos seus leitores. [...] “Zona indecisa” entre o dentro e o fora, sem limites rigoroso, nem para o interior (o texto) nem para o exterior (o discurso do mundo sobre o texto), borda [...] (GENETTE, 2009, p. 9)

O paratexto compreende, portanto, “um conjunto heterogêneo de práticas e de discursos que reúne, entretanto, uma visão comum, aquela que consiste ao mesmo tempo em informar e em convencer, afirmar e argumentar” (TELLES, 2006, p.39). Trata-se, assim, de elementos que estabelecem a mediação entre três dos elementos indispensáveis para que haja a literatura: o autor – e também o editor –, o texto e o leitor (COMPAGNON, 2010).

Talvez seja essa a maior divergência entre a Diplomática e a Arquivologia, e a Crítica Textual. A tradição não contempla apenas os testemunhos e versões decorrentes da atuação literária do escritor, mas todos os documentos que são constituídos no percurso que vai da criação à publicação da produção literária, mas que desempenha em relação a ela as funções de divulgação, recepção e gestão. O conceito de tradição documental para a Diplomática Clássica e para a Crítica Textual decorre de uma contextualização do documento que não se limita ao espaço de um único arquivo. Desse modo, podemos dizer que a noção de tradição nas duas disciplinas filológicas contempla arquivos e coleções, no plural, nos quais os documentos representativos de uma obra podem ser encontrados .

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou demonstrar as divergências e convergências na Arquivística, na Diplomática e na Crítica Textual, em relação à delimitação do conceito de tradição documental. Assim, numa abordagem teórica e histórica, situamos a gênese do corpo do conhecimento arquivístico nas disciplinas filológicas, dentre as quais destacamos a Diplomática e a Crítica Textual.

No âmbito da Diplomática e da Crítica Textual, salientamos a divergência em torno dos objetos, em que coube à Diplomática a abordagem dos documentos jurídicos e administrativos, e à Crítica Textual a abordagem dos textos literários. Dessa forma, é

possível dizer que a abordagem da Crítica Textual, tal qual a Diplomática, também oferece à Arquivologia um aparato teórico e metodológico para compreender as situações textuais por nós apresentadas, verificadas nos acervos pessoais de escritores.

Por fim, enfatizamos que nos acervos de escritores a forma documental vinculasse ao processo de criação peculiar utilizado pelo escritor, principalmente porque a elaboração do texto literário não cumpre as mesmas etapas da elaboração do documento público, destacadas por Bellotto (2002). Apesar do trabalho constante com o texto, a literatura nem sempre é uma tarefa, estando, muitas vezes, mais próxima de uma paixão e um prazer, fazendo parte da própria constituição do escritor, como demonstra Ildásio Tavares ao dizer: “Eu sou literatura. Só fiz e sei fazer literatura. Sem literatura eu seria outra pessoa (TAVARES, [sd/], p.1). Desse modo, os documentos não estão dissociados dos rituais de escrita e dos desejos do escritor, cujas ações – em diferentes temporalidades da criação literária e dos usos dos documentos – interferem na forma, na datação e na atribuição de sentidos no texto.

REFERÊNCIAS

AUERBACH, Erich. **Introdução aos estudos literários**. Tradução José Paulo Paes. 4. ed. São Paulo: Cultrix, 1987.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado / Imprensa Oficial do Estado, 2002.

CARVALHO, Rosa Borges Santos. A Filologia e seu objeto: Diferentes Perspectivas de Estudo. **Philologus** - Revista do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos, ano 9, n.26, Rio de Janeiro. 2003.

CASTRO, Ivo. O retorno à Filologia. In: PEREIRA, Cilene da Cunha; PEREIRA, Paulo Roberto Dias (Orgs.). **Miscelânea de estudos linguísticos**, filológicos e literários in memoriam Celso Cunha. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

COMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria: literatura e senso comum**. Tradução de Cleonice Paes Barreto Mourão e Consuelo Fortes Santiago. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

DERRIDA, Jacques. **Essa estranha instituição chamada literatura: uma entrevista com Jaques Derrida**. Tradução de Marileide Dias Esqueda. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

DUARTE, Luiz Fagundes. [1997]. Glossário. In: _____. **Crítica textual**. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa. 106 p. Relatório apresentado a provas para a obtenção do título de Agregado em estudos Portugueses, disciplina Crítica Textual. p. 66-90.

DURANTI, Luciana. Diplomats: new uses for an old science (Part I). **Archivaria**, 28 (Summer) 1989, pp. 07-27.

_____. Diplomats: new uses for an old science (Part II). **Archivaria**, 29 (Winter) 1989 - 1990, pp. 04-17.

DURANTI, Luciana; MICHETTI, Giovanni. O método arquivístico. In: GILLIAND, Anne; McKEMMISH, Sue; LAU, Andrew J (org.). **Pesquisa no multiverso arquivístico**. Salvador: 9Bravos, 2019.

EASTWOOD, Terry. O que é teoria arquivística e por que ela é importante? **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 15-27, 2013.

GENETTE, Gérard. **Paratextos editoriais**. Tradução de Álvaro Faleiros. Cotia: Ateliê Editorial, 2009.

GHIGNOLI, Antonella. La definizione dei principi e le metodologie diplomatistiche: innovazioni ed eredità. *Annali della Facoltà di Lettere e Filosofia dell'Università di Siena*, XII (1991), pp. 39-53.

_____. Le discipline editoriali: paleografia, diplomática, codicologia. **Reti medievali**, 2003. Disponível em: <http://rm.univr.it/repertorio/paleogra.html>. Acesso em: 25 fev. 2021.

BARTOLI LANGELI, Atílio. L'edizione dei testi documentari. Riflessioni sulla filologia diplomática. **Schede Medievali**, 1991, p.116-131.

MENZEZ-HARITZ, Angelika. Avaliação ou Documentação: podemos avaliar arquivos através da seleção de conteúdos. In: Registro. **Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba**. Fundação Pró-memória de Indaiatuba. V.4.n.4. Jul. 2005. Indaiatuba-SP: Fundação Pró-memória de Indaiatuba, 2005. p.18-35

NASCIMENTO, Evando. Retrato do autor como leitor. Conferência pronunciada na Academia de Letras da Bahia em 18 de novembro de 2011. Texto a ser publicado na revista Portuguesa **Literary & Cultura Sutides**, n.26, Lusofonia and its futures.

PÉREZ PRIEGO, Miguel Ángel. **La edición de textos**. Madrid: Síntesis, 1997.

PRATESI, Alessandro. Diplomatica in crisi? **Miscelanea in memoria di Giorgio Cencetti**. Torino, 1973. Disponível em <http://dobb.unipv.it/scrineum/biblioteca/pratesi.html>> Acesso em 01 set. 2005. 160

_____. **Genesi e forme del documento medievale**. 3a. Ed. Roma: Jouvence, 1999.

RIESCO TERRERO, Ángel. *Introducción a la Paleografía y Diplomática em general*. Madrid, España. Editorial Síntesis, 1999.

SPINA, Segismundo. **Introdução à Edótica: crítica textual**. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1977.

SOUZA, Arivaldo Sacramento de. Aspectos paleográficos para a crítica filológica. In: LOSE, Alícia Duhá; SOUZA, Arivaldo Sacramento de (org.). **Paleografia e suas interfaces**. Salvador: Memória & Arte, 2018.

TELLES, Célia Marques. O paratexto e a filologia. In: TEIXEIRA, M. C; QUEIROZ, R. C. R; SANTOS, R. B. **Diferentes perspectivas dos estudos filológicos**. Salvador: Quarteto, 2006.

Notas

¹ Para os autores são disciplinas Filológicas: “[...] filologia de qualquer língua, paleografia, cronologia, sigilografia, heráldica, Codicologia, toponímia, epigrafia e crítica textual” (DURANTI; MICHETTI, 2019 [2015], p.79).

² Tradução nossa: “[...] basta erudición y amplios conocimientos humanísticos de gramática, literatura, lenguas, bibliografía, jurisprudencia, artes, ciencias naturales, filosofía, derecho”.

³ Tradução nossa: “[...] su sólida y amplia formación cultural y humanística. Y no podía ser de otra manera, puesto que los valores principales de las obras y piezas de todos los tiempos y culturas y saberes, conservados en dichos centros, aun cuando hayan perdido el carácter sacro, sapiencial y el legado histórico-patrimonial, siguen siendo fundamentalmente de tipo científico-cultural, literario, lingüístico, histórico, artístico, informativo, testimonial, bibliográfico, ideológico y jurídico-administrativo. Por razón de sus caracteres y valores primarios, los profesionales encargados de su custodia y, tal vez, también de su adquisición, e igualmente de su estudio, clasificación y ordenación y, cómo no, de su valoración, descripción e información, precisan de sólida formación humanística en cuanto a conocimiento de lenguas clásicas y nacionales modernas, de literatura, historia e instituciones jurídico-administrativas e históricas, de arte, epigrafía, paleografía, diplomática, arqueología y numismática y, por supuesto, también de archivística, biblioteconomía y museología, de cronología y sigilografía y, en general, de todo lo que antiguamente se llamó “Bellas Letras”.

⁴ Autores como Bartoli Langeli (1991), Macneil (2000), Ghignoli (2003; 2007) e Duranti e Michetti (2019) reconhecem as aproximações entre a Diplomática – a mãe da Arquivologia, conforme Heloisa Bellotto (2015) – e a Filologia. Em desdobramentos futuros da pesquisa empreendida no mestrado pretendemos nos aprofundar sobre tais relações.

⁵ Tradução nossa: La diplomática è una disciplina che si esercita primariamente sui testi. L’intera dimensione problematica della materia ha bisogno di un costante confronto con i testi. In particolare, poi, uno dei compiti dei diplomata è di fornire al pubblico — di «pubblicare» — i testi documentari, in una redazione stabilita criticamente e utilizzabile da tutti senza incertezze. La diplomática è una disciplina (anche) filologica, fondata sulla critica dei testi. Solo che questa natura filologica è rimasta in ombra a causa della prevalente accezione storiografica e strumentale della disciplina così come si è concretamente sviluppata. E lo stesso dire che i diplomati, e in genere gli utenti della documentazione come fonte storica, non sempre hanno preparazione e vocazione filologica. Cosicché le questioni di método più dibattute sono relative, per Tappunto, alle tecniche dell’edizione, e mirano alla prescrizione vincolante

di criteri operativi. Soddisfatta da tali lavori (almeno nelle intenzioni) l'esigenza di una prassi corretta e generalizzata, i diplomati non si pongono altri problemi, come accennavo sopra. A ben vedere tutto ciò finisce per rafforzare Taborrta qualifica «ausiliaria» della disciplina. Ora, per superare la subalternità si è puntato sulla rivalutazione della diplomazia come disciplina storica, avente però oggetto la storia dei processi documentari; ma non meno idonea allo scopo è la sua rifondazione come disciplina filologica, come critica dei testi documentari.

⁶ Na pesquisa empreendida no mestrado, a ênfase dada pela autora recaiu na Crítica Textual, uma vez que as contribuições da Diplomática para os estudos arquivísticos, no âmbito da Tipologia Documental, já é bastante reconhecida, até mesmo em arquivos pessoais, como demonstram os trabalhos de Campello (2015), Severino (2016) e Campos (2018). Em acervos de escritores, destacamos as contribuições de Trotta (2016), acerca do acervo de Leon Iliachar; e Carvalheiro (2019), acerca do acervo de Clarice Lispector.

⁷ De acordo com Duarte (1997, verbete), trata-se de “termo cunhado por Henri Quentin para designar o conceito comum de crítica textual (termo mais vulgarizado); as duas designações coexistem”.

⁸ Autores como Luciana Duranti, Bruno Delmas e Paola Carucci têm discutido sobre a problemática da gênese e da tradição documental dos documentos jurídicos e administrativos na contemporaneidade, principalmente a partir de dois aspectos: a complexidade da burocracia contemporânea e o advento do digital.

⁹ Tradução nossa: Naturalmente la valutazione del unico testimonio è diversa nell'una e nell'altra evenienza, come pure tra le copie assume valore differente — sebbene dal punto di vista della critica testuale la discrepanza non sia così palese come dal punto di vista del valore giuridico — una copia autentica rispetto a una copia semplice e questa rispetto a una copia imitativa che cerchi di riprodurre l'originale anche nelle sue caratteristiche esteriori. Ma si può verificare la circostanza di un doppio o triplo originale (documenti di cancelleria con più destinatari; carte private riguardanti contratti bilaterali per i quali sia stata rilasciata la documentazione a ciascun contraente) ovvero di più copie parallele.

¹⁰ Tradução nossa: El propósito del análisis diplomático de las copias es establecer no sólo el tempo y el contexto em que se hizo cada copia, sino a relación entre las copias del mismo original. La copia más reciente no siempre há sido transcrita de una copia que la preceda cronologicamente. Algunas copias últimas pueden ser apógrafas (directamente transcritas) del original y entonces presentan más valor para los estudios diplomáticos e históricos que las anteriores que habían sido hechas a partir de copias del original. (DURANTI, 1989, p. 23)

¹¹ Tradução nossa: “poseen uma específica fisionomia cultural, razón por la cual la crítica del texto há de ir acompañada de la historia de la tradición”

¹² A autora discerne ainda algumas categorias intermediárias, quando “há estágios do documento em que ele, sem ser original, não chega a ser cópia” (BELLOTTO, 2002, p.105).

¹³ As situações a que nos referimos foram observadas no arquivo pessoal do escritor e baiano Ildásio Tavares, mas pode também ser verificada em outros acervos de escritores e intelectuais.